

## A ESCOLA PEDE SOCORRO – INCLUSÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL

Maria do Carmo de Oliveira Nogueira (UNIPAR)

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo levar algumas reflexões sobre as dificuldades de aprendizagem de crianças da rede pública municipal em relação a problemas sociais enfrentados por elas, na sociedade atual. Tendo inicialmente como enfoque situações de ensino/aprendizagem em trabalho de direção de aula. Esclareceremos aspectos da educação como fonte da cidadania, demonstraremos alguns aspectos da formação profissional do professor, e por fim o envolvimento da comunidade – pais e familiares como elementos intrinsecamente co-responsáveis pela escolaridade e educação das crianças e adolescentes.

**Palavras-Chave:** dificuldades de aprendizagem, educação como fonte de cidadania, profissionais da educação.

**Abstract:** This work aims to take some reflections about the children's difficulties of learning from public school, related to social problems faced by them in the today's society. Initially has, as approaching, situations of teaching/learning in works of lesson's direction. We will clarify aspects of the education as source of the citizenship; we will demonstrate some aspects of the professional formation of the professor, and finally, the involvement of the community – parents and relatives as intrinsically co-responsible elements for children and teenagers' school development and education.

**Key Words:** learning's difficulties, education as citizenship source, education's professionals.

O presente estudo partiu de uma inquietação surgida em uma das atividades como supervisora de estágio da ação pedagógica, em cuja de supervisão e avaliação das acadêmicas em trabalho de direção de aulas nas escolas de Umuarama e região, deparamo nos com um problema, cremos nós, que aflige todos os formadores de professores: como preparar as futuras educadoras para enfrentar esse novo cenário sócio-educacional?.

O processo de aprendizagem exige grande capacidade de transformação que acontece desde o primeiro ato de recepção de informações, compreensão, assimilação, transformação até chegar à apropriação propriamente dita dos saberes, isto é, o uso do conhecimento transformado. Destarte, nossa inquietação se encontra no fato de: como passar por todas essas fases para a aquisição do ensino-aprendizagem, se as crianças que chegam às nossas escolas hoje, em sua maioria, estão sofrendo perturbações sociais, tais como - lares conturbados por violência nas mais diversas formas: drogadição e o uso do álcool entre crianças, adolescentes, jovens e seus pais, exploração sexual, violência, maus tratos e prostituição de crianças e adolescentes, problemas que crescem vertiginosamente, quase se aproximando de um processo epidêmico, inclusive começando a afetar não só os grandes centros e suas periferias, mas também cidades interioranas de nosso país.

Dizer que a escola é reflexo do contexto social em tempos e espaços e repetidora dessas tramas já se faz costume entre os educadores, mas como entendermos que esses problemas sociais estão relacionados às dificuldades de

aprendizagem? E quais ações poderiam tomar os educadores, após essas constatações para minimizar tais dificuldades? E as famílias, como se inseririam neste processo de solução dos problemas? Como as políticas educacionais colaborariam?

Em uma das escolas visitadas, especificamente em uma quarta série, alguns dos problemas sociais citados acima permeavam a composição de uma das salas de aula visitada. Situação que a olhos vistos dificultavam a ação do aprender e do ensinar. Afetando diretamente a motivação para aprender e para ensinar. Via-se a angústia no olhar e na ação de algumas acadêmicas ao se depararem com problemas que estavam fugindo, inclusive do controle da própria escola.

Segundo Tiba (1998), a Educação, nos últimos anos, deixou de ser prioritária nos esquemas políticos, e o sistema escolar começou a entrar em falência, deixando de atingir as suas metas. Assim, os maiores prejudicados foram os professores e os alunos... As conseqüências imediatas dessa situação são o desinteresse dos alunos em aprender e a diminuição da capacitação do professor para ensinar. Repetências, migrações e abandonos escolares são ocorrências muito freqüentes, que acabam escapando do controle de seus responsáveis.

Não queremos uma sala de aula homogênea, onde todas as crianças tenham o mesmo perfil “lindas”, “cheirosas”, “prontas”, mas o que se apresentava em algumas escolas visitadas, eram problemas de vínculos sociais, afetivos-emocionais, que não haviam sido encaminhados pelas escolas por alegarem falta de equipe multidisciplinar, isto é, psicopedagogas, psicólogas escolares, às vezes nem mesmo orientadoras educacionais. Estagiárias, professoras, direções e/ou coordenações estavam se sentindo órfãs pelo poder público e pelas próprias famílias das crianças, que jogavam para a escola toda a responsabilidade do processo educativo.

Quando as atividades se apresentavam mais dinâmicas, ativas, percebia-se um envolvimento maior das crianças, apesar do movimento desordenado que se apresentava, havia uma participação maior, um “ativismo”, uma competição interna na sala para demonstrarem que eram melhores que seus colegas, mas quando as atividades exigiam mais atenção e concentração, percebia-se uma inquietude “alienante”, um desconforto apresentado pelas crianças, grande desordem e indisciplina que se dava principalmente em momentos de leitura, apropriação de conteúdos culturais teóricos-científicos, onde os mais velhos “os repetentes” utilizavam de liderança negativa para desmobilizarem seus colegas de suas concentrações, em tais atividades apareciam situações-problemas – talvez como reflexo da inter-relação familiar conturbadas por conflitos, ao longo das atividades surgiam alguns xingamentos, mesmo se, anteriormente tivessem realizado experiências concretas e atrativas sobre os temas trabalhados neste período, o aborrecimento era tão perceptível, que nos levou a pensar em uma escuta e um olhar psicopedagógico sobre aquelas crianças em situações conflitantes. Deixavam nítido, o desejo de que suas histórias de vida fossem escutadas, entendidas e acolhidas.

Como bem expõe Weiss (1996), a aprendizagem verdadeira exige um nível de ansiedade ótimo, ela sempre se dá acompanhada de uma “ansiedade paranóide” pelo perigo, representado pelo conhecimento novo (o medo do novo) e de “ansiedade depressiva” pela perda que se dá de um esquema

referencial e certos vínculos que estariam envolvidos na aprendizagem. Então, entendemos que, se para a criança, ir para a escola é perder algumas referências para adquirir outras, fato esse, que por si, já se torna causador de grandes ansiedades e medos, como ficam as crianças que, além destes medos naturais, são portadoras de vínculos afetivos-emocionais e sociais desastrosos? Que tipo de modelos sociais e referências trazem, sendo frutos destes ambientes?

O processo de ensino aprendizagem também tem seus problemas, Perrenoud (2001) descreve alguns deles: quando um professor lida com um número maior de alunos, quando deve gerenciar não apenas as aprendizagens, mas também tudo o que acontece ao nível da disciplina, da organização da vida coletiva, da gestão das coisas e do espaço, não pode ter sempre as disposições de espírito necessárias para uma avaliação realmente formativa e uma regulação ótima das aprendizagens... em seqüência diz ainda, que o ensino de massa é necessariamente o melhor e o pior, formações e motivações diversas, pessoas muito sérias e outras menos, momentos de graça e de aborrecimento, etapas do ano ou do ciclo de vida em que se sentem mais interessante pelo trabalho e outras em que não passam de um ganha-pão.

Essas são as sensações de professores que atuam nesse processo global, e que também têm que lidar com seus próprios problemas afetivo-emocionais em relação à sua valorização como Educador e principalmente como profissional.

Percebemos que hoje, momento em que mais se exige qualidade, principalmente qualidade de vida, o sistema educacional está sofrendo grandes percalços, e diferentemente do que ocorria em décadas atrás, as mulheres estão sendo, cada vez mais, necessárias como força de trabalho e arrimo familiar – como nas famílias mono-parentais, o que força as crianças a adentrarem mais cedo na escola com a diluição das famílias, em tempos em que elas ainda necessitariam da educação e do vínculo familiar.

O sistema educacional brasileiro tem duas leis que se destacam pela sua excelência no aspecto democrático, que vêm abrir horizontes e nortear todo o processo educacional no país, são a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e ainda existe uma terceira referência que promove a qualidade de vida educacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, todas estas legislações são expoentes dos direitos humanos e da cidadania, denotando que todo ser humano será respeitado em sua diversidade sócio-econômica, cultural, afetivo-emocional, entre outras; pois todos somos iguais perante a lei, e que o direito à educação e dever de educar é da família do Estado e da sociedade. Se assim dito, porque aqueles que deveriam proteger e educar são os primeiros a machucarem e corromperem seus infantes?

Tal questão remete-nos a pensar que muitos professores que estão atuando hoje, não obtiveram formação que os levassem a desenvolver sua “práxis”, a uma ação pedagógica mais reflexiva, que proporcionassem buscas de melhores caminhos e conhecimentos dos problemas sociais, de diretrizes norteadoras de suas habilidades e possibilidades, discutidas, estudadas e refletidas em ações comuns, sem essa atitude diferenciada de ensino, geram-se distorções nas suas maneiras de ensinar, afetando diretamente seus alunos por considerá-los aprendizes de uma metodologia única.

*Diferenciar o ensino é “fazer com que cada aprendiz vivencie, tão frequentemente quanto possível, situações fecundas de aprendizagem”.* (Perrenoud, 1996).

A este aspecto da questão, Weiss (1996) considera que “a prática escolar desarticulada deixará o aluno exposto às idiosincrasias do professor, ou mesmo às conseqüências de fatos episódicos como: doenças, greves, problemas administrativos”, não bastando seus próprios conflitos internos e pessoais. Assim compreendendo, é que vimos o olhar de pedido de socorro, como enfrentar esses conflitos todos, se cada vez mais a escola está abandonada pelo poder público e pela própria sociedade? Não há equipe multidisciplinar de trabalho, cada ator educacional (professores, funcionários, alunos e comunidade) está fazendo o que lhe é possível. Todas as nações, ditas de “primeiro mundo” devastadas pelas crises, ensinaram que na história de suas reconstruções a educação sempre esteve à frente, como mola propulsora principal do desenvolvimento. Até parece que em nosso país aprendemos a viver na contra-mão dessa história.

O profissional da educação não é valorizado, seu salário não lhe dá sustentação econômica para que o mesmo possa buscar melhores formas de capacitação, as agências formadoras de professores estão aderindo às propostas de formação “aligeirada” dessas políticas públicas educacionais atuais, que numa tentativa de demonstrar somente índices numéricos positivos, não se preocupam com a qualidade da educação real do país.

Com essas preocupações, muito bem situa Perrenoud (2000), quando declara que: “não há pedagogo engajado na nova escola ou nos métodos ativos, ou simplesmente sensível ao fracasso escolar, que não tenha defendido, à sua maneira, um ensino individualizado ou uma pedagogia diferenciada...” Continuando, ainda diz: “A preocupação de ajustar o ensino às características individuais não surge somente do respeito às pessoas e do bom senso pedagógico. Ela faz parte de uma exigência de igualdade: *a indiferença às diferenças transforma as desigualdades iniciais, diante da cultura, em desigualdades de aprendizagem e, posteriormente, de êxito escolar*”, (pg.09). Até onde podemos dizer que há inclusão social real? Vários aspectos nos mostram, na realidade, uma “inclusão excludente”. Entendemos que, quanto mais a escola igualar os desiguais, mais sua autonomia será relativa e, mais será ela reprodutora das hierarquias sociais dominantes, e mais ainda, estará distanciando seu propósito de transformar mentes com propósitos críticos-constitutivos.

Somente a “paixão de ensinar” demonstrada pelo professor pode conduzir o aluno à “paixão de aprender” na sala de aula. (Weiss, 1996)

Todos sabemos que conflitos não resolvidos em casa, com as famílias, vão indiscutivelmente, estourar na escola, ou em outro ambiente educacional qualquer, que a criança freqüente, e muitas vezes estes serão geradores de conflitos maiores nestes ambientes educacionais, ampliados pelas diferenças individuais na relação com o outro, pela falta de respeito aos valores éticos e morais e por conseguinte, de civilidade. Tantos são os problemas, que nessas inquietações,

primeiro as famílias têm que se demonstrar amadurecidas, ou estarem abertas a possíveis soluções, assumindo sua responsabilidade com primazia e firmeza educativa, e assim, em posição de postura aberta a transformações, também, a escola deverá preparar o ambiente acolhedor para os pais e para a comunidade, para que possam crescer e aprenderem juntas num convívio saudável para educar seus infantes.

O grau de importância que os pais dependem aos seus filhos revelam sua disposição na participação de seu cotidiano. Neste sentido Tiba (1998) diz - "*a escola precisa alertar os pais sobre a importância de sua participação: o interesse em acompanhar os estudos dos filhos é um dos principais estímulos para que eles estudem*"... "*quando os pais participam das reuniões propostas pela escola, em geral, o desempenho escolar de seus filhos melhoram*". Tal proposição até parece ser um "círculo vicioso", mas positivo, em que se tratando a criança com respeito, haverá ressonância na família que tratará a escola, também com respeito, pois se sentirão parte do processo e, por conseguinte, estarão se educando.

Desta forma, compreendemos Educação como compromisso de toda a sociedade, isto já está demonstrado pela própria história mundial, nenhuma grande mudança pode ser feita sem discussão, sem envolvimento, sem um grande censo escolar, sem um diagnóstico sério para definir prioridades e investimentos, sem valorização salarial e profissional dos educadores, sem uma pedagogia diferenciada que reorienta o debate sobre o compromisso civil e legal de nossos dirigentes que garanta a liberdade, a autonomia, o enriquecimento curricular e a democracia.

Nesta década, alguns avanços legais possibilitaram a abertura do sistema educacional brasileiro, mas ainda há que se cuidar da sociedade, das famílias que lutam por mais empregos, melhores salários e condições de vida. Ainda persistem ranços do passado colonialista, em que a população brasileira sofre com entraves políticos e econômicos, passando por problemas seríssimos que estão refletindo na escolaridade de seus filhos como um "rolo compressor", pois faltam-lhes desenvolvimento dos valores humanos. Nossas políticas educacionais e nossos dirigentes devem permitir que tenhamos um sistema educacional efetivamente capaz de transmitir o conhecimento acumulado pela Humanidade, e como a L.D.B. preconiza, preparar nossos jovens para o mundo do trabalho e formar cidadãos críticos, preparados para a vida e para o exercício da cidadania.

Embora sem pretensão, neste estudo, de esgotar o assunto, é consenso mundial o papel estratégico da Educação no desenvolvimento econômico e social das populações, e principalmente na formação de cidadãos críticos, conscientes, preparados para o mundo do trabalho e para a vida.

Queremos, como educadores, acreditar que num futuro breve, as escolas estarão organizadas com equipes multidisciplinares atuantes e eficazes; acreditar que as crianças possam ter mais tranquilidade para aprender, pois suas famílias poderão encontrar um eixo equilibrador; acreditar também, em uma educação que construa relações em que as pessoas se respeitem como iguais, questionando, participando, cooperando e a comunidade educacional (diretores, professores, alunos e pais) sejam sujeitos ativos do processo político-educacional, colaborando e supervisionando ações educacionais e sociais. Que os pais eduquem seus filhos

para a liberdade responsável, pois educação é transformação. Concluindo, esperamos que estudos como este possam criar mais inquietações e que ensejem em novas discussões, por parte de estudantes de pedagogia, educadores, pais e toda a comunidade comprometida com seu futuro.

## Referências

BOSSA, N. A.; OLIVEIRA, V. B. de (Org.). **Avaliação psicopedagógica da criança de sete a onze anos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TIBA, I. **Ensinar aprendendo: como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização**. São Paulo: Gente, 1998.